



**INSTITUTO DE HUMANIDADES -IH**  
**BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES**

**BRAIMA SADJO**

**OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DA GLOBALIZAÇÃO NA ÁFRICA  
OCIDENTAL: O CASO DO FRANCO CFA NA GUINÉ-BISSAU (1997-2017)**

**ACARAPE**

**2019**



**INSTITUTO DE HUMANIDADES -IH**  
**BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES**

**BRAIMA SADJO**

**OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DA GLOBALIZAÇÃO NA ÁFRICA  
OCIDENTAL: O CASO DO FRANCO CFA NA GUINÉ-BISSAU (1997-2017)**

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de projeto do curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Patrício Carneiro Araújo

**ACARAPE**

**2019**

**BRAIMA SADJO**

**OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DA GLOBALIZAÇÃO NA ÁFRICA  
OCIDENTAL: O CASO DO FRANCO CFA NA GUINÉ-BISSAU (1997-2017)**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em: 22 de março de 2019.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador e presidente: Prof. Dr. Patrício Carneiro Araújo (UNILAB)

---

Examinador Interno: Prof. Dr. Ricardo Ossagô de Carvalho (UNILAB)

---

Examinadora Interna: Profa. Dra. Michelle Cirne Ilges (UNILAB)

## LISTA DE SIGLAS

BCEAO- Banco Central dos Estados da África Ocidental

BCF- Banco Central Francês

EUA- Estados Unidos da América

FCFA- Franco da Comunidade Financeira Africana

FSM- Fórum Social Mundial

MPR- FCFA GB- Movimento da Rejeição do Franco CFA na Guiné-Bissau

ONGs - Organizações Não Governamentais

ONU- Organização das Nações Unidas

OUA - Organização da Unidade Africana

PAIGC - Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde

RFI- *Radio France Internationale*

UEMOA- União Económica e Monetária do Oeste Africano

UNCTAD- Conferência das Nações Unidas Sobre Comércio e Desenvolvimento

UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

URSS- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

<b>1. APRESENTAÇÃO</b> .....	6
<b>2. JUSTIFICATIVA</b> .....	9
<b>3. PROBLEMATIZAÇÃO</b> .....	11
<b>4. DELIMITAÇÃO</b> .....	12
<b>5. OBJETIVOS</b> .....	13
5.1 Objetivo Geral .....	13
5.2 Objetivos Específicos .....	13
<b>6. HIPÓTESE</b> .....	14
<b>7. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	15
<b>7.1. UMA BREVE ABORDAGEM TEÓRICO-CONCEITUAL SOBRE GLOBALIZAÇÃO</b> .....	15
7.1.1. Abordagens Céticas em Relação à Globalização .....	16
<b>7.2. A INTEGRAÇÃO REGIONAL NA ÁFRICA OCIDENTAL</b> .....	19
7.2.1. Benefícios e Dificuldades da Integração Econômica da Guiné-Bissau na UEMOA .....	21
7.2.1.1 Benefícios.....	22
7.2.1.2. Dificuldades.....	22
<b>7.3. A CRIAÇÃO E ENTRADA DA GUINÉ-BISSAU NA UNIDADE MONETÁRIA FRANCO CFA</b> .....	24
7.3.1. A Criação Do Franco CFA.....	24
7.3.2. A Entrada Da Guiné-Bissau Na Unidade Monetária Franco CFA.....	25
7.3.3. Prós e Contras o uso do Franco CFA .....	26
7.3.3.1. Prós .....	26
7.3.3.2. Contras.....	27
<b>7.4. MOVIMENTO PANAFRICANO DA REJEIÇÃO DO FRANCO CFA NA GUINÉ-BISSAU</b> .....	29
<b>8. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	31
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	33

## 1. APRESENTAÇÃO

Antes de adentrar em detalhes sobre o propósito deste trabalho, antevemos a necessidade de situar o contexto geográfico em que se centra o nosso estudo, referimos, neste caso, a um país chamado Guiné-Bissau, situado na costa ocidental da África e faz fronteiras com dois países francófonos: Senegal, ao norte, e a Guiné-Conacri, ao sul. Conforme M'bunde (2018), a superfície total da Guiné-Bissau é de 36.125 km<sup>2</sup> e tem 1,746 habitantes. Este autor ainda faz lembrar, que o referido país sofreu a subjugação colonial, fundamentalmente por parte dos colonialistas portugueses, através de uma invasão que começou logo nos primeiros momentos da expansão europeia, precisamente em 1446. Os portugueses foram os primeiros a invadir o território guineense, por intermédio do navegador Nuno Tristão.

Por outro lado, importa referir que essa dominação política e econômica durou aproximadamente cinco séculos. Entretanto, no dia 24 de setembro de 1973, foi proclamada unilateralmente a independência da Guiné-Bissau (então Guiné Portuguesa), porém, só foi reconhecida por Portugal um ano depois, isto é, em 1974. Essa emancipação se deu por conta da grande mobilização de massa que culminou, conseqüentemente, numa luta armada desencadeada pelo Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), que teve como o expoente máximo da sua liderança Amílcar Lopes Cabral, um dos fundadores deste partido e pai das nacionalidades guineense e cabo-verdiana.

Debruçando-se sobre a atuação do país no plano externo, Rizzi (2012), sublinha que o contato entre a Guiné-Bissau e os parceiros internacionais não é um fenômeno recente, dado que, desde os períodos que antecederam a luta da libertação nacional e até no decorrer da luta, a liderança do PAIGC procurou desencadear algumas negociações e traçar alianças com instituições internacionais, principalmente com a organização das Nações Unidas (ONU). Este autor ainda adverte que nos períodos antes da luta de libertação nacional foram empreendidas várias tentativas de negociação entre o PAIGC e Portugal mediadas pela instituição acima referida com o intuito de pôr fim ao regime colonial.

Esses esforços, contudo, não obtiveram sucesso devido à falta de interesse por parte dos imperialistas portugueses na altura. De outra parte, pode-se destacar também as alianças com países singulares, como o caso de Cuba, que sempre esteve ao lado do PAIGC durante a luta e ajudou o país com alimentos, medicamentos, uniformes e armas.

Logo após a independência, a Guiné-Bissau ampliou as suas linhas de cooperação passando a assinar acordos não só com países singulares, mas também com blocos econômicos e monetários.

No presente projeto propõe-se analisar as transformações socioeconômicas provocadas pela globalização na Guiné-Bissau, principalmente a partir da década de 90, período que assinala a entrada da Guiné Bissau na zona UEMOA<sup>1</sup> e que culminou, conseqüentemente, com o abandono da sua moeda própria (Unidade Monetária Peso) em detrimento do Franco CFA. Pretendemos igualmente analisar a integração regional da Guiné-Bissau na UEMOA e a sua saída da unidade monetária peso para Franco CFA e finalmente averiguar de forma particular quais são os possíveis ganhos e perdas do país com essa moeda.

Antevemos a relevância de fazer uma breve abordagem histórica sobre a globalização e a moeda em causa (FCFA), que é entendida por muitos como um instrumento ideológico e enigmático francês do neocolonialismo em África. Sob a argumentação de que, foi criada na época colonial e que o verdadeiro significado dela era “Franco das Colônias Francesas da África”, que só depois das independências destes países africanos, também justifica-se que, devido várias críticas levantadas sobre o uso da moeda, foi alterado o seu significado original, passando a significar atualmente “Franco da Comunidade Financeira Africana”.

Hoje o Franco CFA é utilizado em 14 países da África, a saber: Burkina Faso, Gabão, Benim, Camarões, Congo, Mali, República Centro-Africana, Togo, Níger, Chade Costa do Marfim e Senegal, antigas colônias francesas, sendo também usado na Guiné-Bissau (ex colônia portuguesa) e na Guiné Equatorial (antiga colônia espanhola). Vale salientar que os dois últimos são os único países lusófonos a utilizar essa moeda das antigas colônias francesas.

De acordo com o jornal “*How Africa*” (2017), a África continua a ser uma das colônias francesas, isto é, ela está prestando uma autêntica servidão monetária à França. Considerando o Franco CFA como uma das maiores fontes de receita que a França tem para sua economia, uma vez que ganha 440 bilhões de Euros na África por ano com essa

---

<sup>1</sup> A União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) é uma organização de integração regional, criada por sete países da África Ocidental que têm em comum uma moeda única, o Franco CFA. Seus antecedentes eram a organização denominada África Ocidental Francesa (AOF), criada em 1895, pela França, com o objetivo de manter o controle políticos e econômicos dos seus territórios, e a União Monetária da África Ocidental (UMO), criado em 14 de novembro de 1973 entre Benin, Burkina Faso, Costa de Marfim, Mali, Níger, Senegal e Togo. (DJALÓ, 2010, p.37)

moeda. Diante disso, fica claro que essa moeda é uma das ferramentas que facilita a França até então a manter a sua influência política e econômica nesses países.



## 2. JUSTIFICATIVA

Partindo do pressuposto de que, os países subdesenvolvidos e desenvolvidos são assimetricamente inseridos na globalização, torna-se possível perceber que este processo não divide de maneira equitativa os seus benefícios, tornando-se cada vez mais desproporcional e injusta o seu *modus operandi*. Então, a globalização neste sentido acaba sendo entendida como um instrumento neocolonial de dominação em múltiplas dimensões, em que uma nação desenvolvida busca atingir os seus interesses a partir da imposição de suas ideologias sobre outra menos desenvolvida. Ou seja, ela serve de mecanismo de sustentação da economia das ditas potências mundiais. Exemplo disso, é o caso da própria França para com os países africanos, em particular os da zona do Franco CFA.

Portanto, a escolha deste tema se deu por diversas razões: a primeira é justamente por ser um tema que desde muito tempo mereceu, e ainda merece, a minha preocupação, enquanto cidadão guineense atento aos assuntos do meu país e profundamente comprometido com ele. Meu interesse ainda ganhou mais proporção com a minha entrada na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), que me permitiu mergulhar mais ainda nas discussões sobre a globalização e enxergá-la com uma visão mais crítica, buscando questionar a influência da França na África, particularmente na Guiné-Bissau.

Um outro fenômeno que me impulsionou a desenvolver um trabalho nesta temática são as manifestações empreendidas pelas coligações dos movimentos sociais na África ocidental, fundamentalmente, as que foram desenvolvidas pela Organização Não-Governamental (ONG) “*Urgences panafricanistes*” liderada por um jovem ativista de Benim, Kemi Seba, que nos últimos tempos tem estado a questionar o uso desta moeda, que considera ser uma herança colonial. Vale ressaltar também que existe um movimento na Guiné-Bissau denominado “Movimento Pan-africano da Rejeição do Franco CFA na Guiné-Bissau (MPR-FCFA GB)”, liderado pelo ativista Januário Cá, que tem o mesmo propósito daquela ONG. Então, de modo geral, os dois movimentos supracitados têm objetivo em comum, que é de questionar essa dominação monetária da França na África ocidental. Portanto, foi o conjunto desses fatores que me impulsionou a debruçar sobre o tema da globalização e especificamente sobre o Franco CFA.

No plano acadêmico, a relevância deste estudo justifica-se pelo fato de abordar uma temática pouco estudada e debatida no âmbito neocolonial na esfera acadêmica da

sociedade guineense, mas a sua compreensão se reveste de uma importância imprescindível. Neste sentido, um estudo como o nosso, que procura desencadear uma análise profunda e cautelosa a respeito desta temática visando trazer à ribalta os impactos da globalização, especificamente da unidade monetária Franco CFA, será importante para a academia por servir de um elemento impulsionador de debates e um suporte teórico para futuras pesquisas nessa área.

Portanto, espera-se que este trabalho, contribua socialmente na conscientização e na desnaturalização da ideia de grosso número das pessoas da sociedade guineense sobre a globalização atual e principalmente, em relação ao Franco CFA, viabilizando a comunidade em geral a enxergar este fenômeno a partir de um outro prisma, isto é, de uma perspectiva crítica.

### 3. PROBLEMATIZAÇÃO

Conforme já apresentado, a essência do nosso estudo está voltada à compreensão dos impactos sociais e econômicos da globalização na Guiné-Bissau, tendo como foco o caso do Franco CFA. Importa lembrar, que a globalização não é um fenômeno tão recente, na verdade, ela existia muito antes da guerra fria, contudo, não tinha tanto êxito como no período da bipolaridade. Em que, tínhamos, por um lado, os Estados Unidos da América (EUA), defendendo o modelo capitalista e por outro, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), lutando pela manutenção do socialismo. Esta tensão finalmente, culminou com a concretização do sonho dos EUA, de impor o capitalismo ao mundo, tornando-o fortemente marcado pelo excesso do consumo.

Percebe-se que essa expansão do capitalismo gerou a proliferação dos blocos de Integração regional, um exemplo disso, é a criação dos blocos econômicos e monetários com a dita finalidade de fortalecimento dos países do ponto de vista econômico. Então, a Guiné-Bissau, sendo um país que possui alguns desafios de desenvolvimento econômico acabou por ver nesta ideia uma certa lógica, encarando a integração regional como forma de manter contatos econômicos e sociais saudáveis com os seus parceiros. Como aconteceu no caso da sua aderência à Organização da Unidade Africana (OUA) e, posteriormente, à UEMOA em 1997, nesta última etapa, é onde centra-se o estudo ou a análise que pretendemos levar a cabo.

Face ao elucidado, as questões que se colocam são as seguintes: Quais são os impactos socioeconômicos da globalização na Guiné-Bissau, especialmente no caso do Franco CFA? Por que a Guiné-Bissau aderiu à organização UEMOA e adotou a moeda Franco CFA? A cooperação monetária Franco CFA visa fortalecer a integração regional, como consta numa das suas diretrizes, ou é um mero mecanismo de consolidação da lógica neocolonial da França nesta região?

Verifica-se que há visões distintas em relação a este assunto, por um lado, existem personalidades que engrandecem o uso da unidade monetária Franco CFA, justificando que possui benefícios para os países membros e que ajuda na estabilização econômica e monetária dos mesmos. Por outro, situam-se pessoas que enxergam o uso dessa moeda como uma aceitação passiva e implícita do neocolonialismo francês pelos países que fazem parte da zona UEMOA, pleiteando a saída dessa comunidade e a criação de uma nova moeda que seria emitida e controlada autonomamente pelos africanos e, não por uma potência ocidental como acontece no caso do Franco CFA.

#### 4. DELIMITAÇÃO

O Franco CFA é uma moeda utilizada em 14 países da África Ocidental e, que teve duas fases<sup>2</sup>, a saber: período colonial e pós independência, a partir da década 60 até os dias atuais. Em 2017 emergiu um movimento insurgente ao uso da moeda em causa, justificando a sua luta na base do pressuposto de que, constituicionalmente falando, essa moeda pertence à França, porém, não aos países africanos. E até então continua ser uma propriedade francesa na África, sendo a França quem controla a moeda, através dos seus representantes no Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO). À vista disso, o nosso projeto circunscreveu-se em compreender os impactos socioeconômicos da globalização na África Ocidental, especificamente o caso do Franco CFA na Guiné-Bissau, entre 1997 a 2017. Este recorte temporal foi escolhido, por se referir a datas historicamente marcantes, isto é, 1997 foi o ano em que a Guiné-Bissau inseriu-se na UEMOA e, por conseguinte, começou a usar o Franco CFA e 2017 por ser o ano em que surgiu o Movimento Pan-Africano da Rejeição do Franco CFA na Guiné-Bissau (MPAR-FCFA GB).

---

<sup>2</sup> Como consta em alguns suportes teóricos, essa moeda foi criada depois da segunda guerra mundial pela França, com o intuito de se fortalecer como metrópole e consequentemente visando ter controle sobre as atividades econômicas nas suas colônias, lembrando que o Franco CFA significava Franco das Colônias Francesas da África. No entanto depois das independências desses países, isto é, a partir da década 60, devido a insurgências de várias críticas e vozes que questionavam o uso dessa moeda no continente africano, a França foi obrigada não só a mudar a sigla da moeda, que passou a ser Comunidade Financeira Africana, ao invés do anterior que era entendida como um dos rastos coloniais, mas também foi criado um banco central denominado Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO). Contudo, os administradores desse banco são nomeados pelos chefes dos Estados membros, conforme Midjau (2018), nos conselhos de administração desse banco existem representantes franceses com direito de veto, isto é, nada pode ser decidido sem consentimento e autorização prévia desses representantes. Isto posto, percebe-se que esse banco continua a ser indiretamente administrado pela França através dos seus representantes, ou seja, não é uma instituição autônoma.

## **5. OBJETIVOS**

### 5.1 Objetivo Geral

- Compreender os impactos sociais e econômicos da globalização na África Ocidental, tendo como foco o caso do Franco CFA na Guiné-Bissau.

### 5.2 Objetivos Específicos

- Analisar a integração regional na África Ocidental;
- Analisar a saída da Guiné-Bissau da unidade monetária Peso para Franco CFA e, consequentemente, averiguar os fatores que motivaram essa adesão;
- Identificar os principais atores políticos e sociais que apoiam como os que opõem essa política monetária;
- Entender os possíveis ganhos e perdas econômicos do país com esta moeda.

## **6. HIPÓTESE**

O Franco CFA, além de ser um dos principais elementos do retrocesso da Guiné-Bissau, do ponto de vista econômico, também facilita a dominação do mercado nacional pelas corporações estrangeiras ou transnacionais.

## 7. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Apesar de o nosso estudo centralizar-se na questão da unidade monetária, ou melhor sobre o Franco CFA, percebemos que seria imprescindível fazermos uma breve abordagem sobre a globalização e especificamente sobre o fenômeno da integração regional, visto que a aderência da Guiné-Bissau a essa moeda se deu através dum processo de globalização e fundamentalmente da integração regional. Sendo assim, percebe-se que, para uma melhor compreensão do nosso trabalho, é preciso fazer uma abordagem teórico-conceitual sobre a globalização e, em seguida, debruçar-se sobre o fenômeno da integração regional na África Ocidental. Por último, realizar uma análise da própria criação da moeda em causa, tentando perceber as tendências que estão por trás disso, através das discussões com diferentes autores e do documento do Movimento Panafricano da Rejeição do Franco FCA na Guiné (MPAR-Franco CFA).

### 7.1. UMA BREVE ABORDAGEM TEÓRICO-CONCEITUAL SOBRE GLOBALIZAÇÃO

A globalização é considerada por alguns como um fenômeno que teve a sua origem<sup>3</sup> desde a época das grandes navegações, ou melhor, da invasão europeia a outros continentes no século XV. O período em que os europeus começam a ter contato com outros povos do mundo, nomeadamente: os povos africanos, americanos e asiáticos.

Conforme salientam, Campos e Canavezes (2007),

A Globalização pode pois ser entendida como um fenómeno social total (multidimensional) que não é completamente recente, nem inteiramente novo. Na verdade, a Globalização contemporânea compreende novas dinâmicas (económicas, políticas e culturais) com importante dimensão e impacto, e que constituem uma verdadeira transformação do mundo em que vivemos (CAMPOS e CANAVEZES, 2007, p. 18).

Conquanto, a globalização só conseguiu consolidar-se depois da guerra fria, que foi uma época da bipolaridade, entre as duas grandes potências mundiais, nomeadamente, por um lado, os Estados Unidos de América (EUA), que estavam a expandir o sistema

---

<sup>3</sup> O marco inicial para a globalização ou mundialização não é claramente definido. Vários momentos históricos podem ser apontados para o início da globalização, dentre os quais: a expansão do Império Romano; o período das grandes navegações; a primeira Guerra Mundial; o *crash* da bolsa de valores de Nova York, em 1929 ou mesmo o desdobramento das empresas transnacionais a partir da década de 50. (GUERRA, 2004, p. 331)

capitalista e, por outro, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que lutava em prol da manutenção do socialismo.

Segundo Mariano (2007, p. 01 ), “nos anos 1980, e especialmente após o fim da Guerra Fria, o sistema internacional baseado na lógica da bipolaridade desintegrou-se dando lugar a uma nova ordem mundial”. Essa nova ordem a que a autora se refere está ligada ao modelo capitalista, que visa tornar o mundo num espaço de consumo. No entanto, antes de tudo é preciso que haja um pacto entre as nações, em outras palavras a integração regional, para que possa haver um clima de comércio intenso entre os países.

Posto isso, a globalização, segundo Murteira (2003) *apud* Campos e Canavezes (2007), pode ser entendida como um processo socioeconômico que visa impulsionar o crescimento das políticas econômicas nacionais, entretanto, busca promover as relações de interdependência entre os países, ao mesmo tempo pode-se constatar a reprodução da lógica neocolonial, isto é, da dominação de uma nação sobre outra, que gera uma relação econômica de dependência dos países menos desenvolvidos para com os mais desenvolvidos do ponto de vista econômico, no qual o governo busca criar políticas públicas que estimulam o maior investimento estrangeiro, fato que muitas vezes lhe obriga, a ser refém das empresas multinacionais.

O autor ainda destaca que, a “era da Globalização tem sido marcada por enormes avanços tecnológicos, pelo acentuado desenvolvimento do comércio internacional e pela transnacionalização do investimento e do capital; aparentemente, estar-se-ia num clima de prosperidade econômica” (MURTEIRA, 2003 *apud* CAMPOS; CANAVEZES, 2007, p.80).

#### 7.1.1. Abordagens Céticas em Relação à Globalização

A globalização desde muito cedo tem sido um fenômeno que merece a inquietação de várias organizações, instituições e grupos dos intelectuais, principalmente de alguns pesquisadores e cientistas sociais. Para muitos dessa última entidade, a globalização é entendida como algo que talvez exista apenas teoricamente. Neste caso, a globalização não passaria de uma mera farsa, que não se verificaria na prática, devido às relações econômicas e sociais assimétricas estabelecidas entre as nações. Em função disso, esta seção nos convoca ao desafio de refletir e pensar a globalização numa



perspetiva crítica, trazendo alguns autores que se debruçam sobre a temática. Aqui queremos destacar principalmente Milton Santos e Boaventura Souza Santos.

Falando das dinâmicas da globalização e suas consequências para a humanidade, Milton Santos (2001), considera a existência de três tipos de narrativas sobre a globalização, cujas prioridades e objetivos são totalmente distintos, a saber: a globalização como fábula, globalização perversa e globalização como ela poderia ser.

Explicando essas tendências, a primeira seria, a globalização como os países desenvolvidos ou as potências mundiais nos a apresentam, que não passa de uma autêntica ilusão ou por outras palavras é uma simples metáfora, mostrando que vivemos numa aldeia global. Vendendo a ideia de que viveríamos num mundo em que todos estariam interligados no qual cada um poderia gozar da mesma oportunidade de investir nos países estrangeiros e emigrar para outros países com o objetivo de obter melhores condições de vida, que talvez não tenha no país de origem, mas na prática não é bem assim.

Ora, suponhamos que um cidadão de um dos países da África, ao emigrar para Europa não teria uma acessibilidade fácil ou até corresse o risco de não conseguir entrar na Europa, devido ao excesso da burocracia criado para dificultá-lo, só pelo fato de ser proveniente de um continente tido como o mais pobre. Mas, se for, por exemplo, com um cidadão norte-americano a situação, aliás, os procedimentos seriam totalmente diferentes, pois terá mais facilidade para entrar na Europa e de modo geral em qualquer parte do mundo que quisesse, por pertencer a uma das ditas potências mundiais. Com base nisso, pode-se questionar o seguinte: será que a construção do muro entre os EUA e México não contraria o argumento que defende a existência de uma aldeia global? A juízo de quem, o local se globaliza e o global se localiza?

Em seguida, o autor aponta o segundo tipo da globalização, que seria a globalização como ela é na verdade, o que na sua percepção é uma globalização que trata as pessoas e, no sentido mais amplo, os países de forma desigual e levando em conta o status dos países e que é sempre bipolar, isto é, uma categorização hierárquica entre nações: Norte global e Sul global, neste caso, países desenvolvidos e subdesenvolvidos; periferia e centro; pobres e ricos; por aí afora. Uma globalização que favorece as grandes potências mundiais e, categorizando os demais países como os menos desenvolvidos, ou de terceiro mundo, cada vez mais pobres e sob dependência total dessas potências.

E por último, o autor idealiza uma outra globalização, que seria diferente das formas de globalização supracitadas e, que poderia ser pensada de baixo para cima, mas não de cima para baixo como acontece hoje em dia. Uma globalização que deveria colocar

o homem no centro ou acima de todos os interesses econômicos, que não seria só pensada na perspectiva eurocêntrica, porém deveria ser pensada para todos, não para alguns, em suma, uma globalização profundamente comprometida com os interesses da humanidade em geral, independentemente do continente, da cor de pele, classe e convicção socio-religiosa.

Ainda nesta mesma linha de crítica à globalização atual, temos Boaventura Sousa Santos (2005), que nos convoca a refletir sobre a globalização em duas vertentes: a globalização hegemônica e a globalização contra hegemônica. O autor considera a primeira como uma globalização de hierarquia entre as nações do mundo, na qual os países do Norte global ou os ditos desenvolvidos, isto é, os países da Europa ocidental, EUA, Japão e entre outros, exercem a sua hegemonia sobre os países considerados do Sul global, que na maior parte são países africanos, da América Latina e boa parte dos países asiáticos também. No olhar de Boaventura Souza Santos (2005), isso se dá porque a globalização é pensada na perspectiva euro-estadunidense e não universal.

A segunda forma de globalização opõe a primeira, por ser marcada pela atuação de um conjunto de redes, movimentos sociais, organizações, ONGs e, em especial, o Fórum Social Mundial (FSM), que emergiu justamente como uma resposta de resistência à globalização hegemônica. O FSM tem estado a engajar nas lutas contra a exclusão social, que por sua vez considera esse tipo de exclusão como resultado das relações de poder desiguais entre as nações.

Repara-se, que esses dois autores além de terem desvendado o lado oculto da globalização que até certo ponto pode ser entendida como um sistema ideológico, no qual as ditas grandes potências mundiais buscam sempre manter e exercer a sua hegemonia política, econômica e militar sobre os demais países tidos como subdesenvolvidos, realmente permitem torná-los muito dependentes e pedintes dessas potências. Além disso, conseguiram também apontar o tipo de globalização mais ideal em que o poder político e as relações diplomáticas entre países seriam mais simetricamente possíveis.

## 7.2. A INTEGRAÇÃO REGIONAL NA ÁFRICA OCIDENTAL

O mundo conheceu depois da segunda guerra mundial e início da guerra fria um aumento exponencial da ideia de globalização e integração regional, e os países africanos não escaparam dos arranjos desta lógica, principalmente, a república da Guiné-Bissau, que em 1997 aderiu à União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA).

Como foi apontado na secção anterior, a Guerra Fria foi uma disputa ideológica, política, econômica e militar entre os EUA e a União Soviética, através da qual os EUA conseguiram expandir de forma intensa o modelo capitalista, procurando transformar o planeta num mundo capitalista e a União Soviética por sua vez optava pela manutenção do modelo socialista. Finalmente, os EUA conseguiram sair como vencedores, ou seja, concretizaram o seu sonho, de transformar o planeta num mundo capitalista. Nesse sentido, Santos (2001), sublinha que,

Desde o término da segunda guerra mundial e o início da Guerra Fria, desenvolveram-se debates e iniciativas destinados a equacionar e implementar projetos de integração regional. Na mesma escala em que se remanejavam e dinamizavam as forças produtivas e as relações de produção nos moldes do capitalismo, de forma a bloquear e combater as revoluções sociais de cunho socialistas, nessa mesma escala desenvolveram-se debates e iniciativas empenhados em articular subsistemas econômicos nacionais, potencializar capacidades produtivas e mercados, fortalecer elos e articulações do capitalismo mundial. Em larga medida, a Guerra Fria foi uma operação de diplomacia total, conduzida pelos governantes dos Estados Unidos, de modo a bloquear a revolução social e expandir o capitalismo. E isto se realizou inclusive com amplo incentivo ao planejamento econômico estatal. (SANTOS, 2001, p.102/203).

De certa forma, pode-se perceber que apesar de os EUA e da antiga URSS serem os protagonistas, essa disputa posteriormente afetou quase todo mundo, lavando-o a se tornar mais capitalista e de consumo, do que socialista. De tudo falado acima, pode-se concluir que a globalização é o oxigênio do capitalismo. Em suma, ela é o último estágio da expansão do capitalismo e para que isso se torne uma realidade precisa utilizar essa ferramenta da integração regional.

Ora, falando no caso específico do continente africano e principalmente da África Ocidental, isso nos remete a revisitar a história desse continente, dado que o continente africano foi outrora invadido por colonialistas ocidentais a partir do século XV. Porém antes dessa invasão existiam vários impérios em África, no entanto, foram invisibilizados

com a presença europeia, através da aniquilação das suas potencialidades e histórias. Apesar disso, havia uma ligação e uma relação de cooperação entre os impérios africanos na altura, o que realmente pode ser considerado como uma das formas de integração regional no sentido altruísta da palavra.

Debruçando-se sobre o assunto no contexto da ocupação colonial, Diallo (2016), adverte que a integração regional não é um fenómeno novo no contexto africano, pois já se podia notar a integração nas sociedades africanas nos períodos que antecederam a luta de libertação dos países africanos. Percebe-se que a integração regional surgiu nesta fase como um instrumento de resistência à escravidão, portanto, os africanos percebiam que era preciso e urgente unirem-se para fazer uma única frente contra o sistema colonial.

Deste modo, compreende-se que a primeira fase da integração no continente africano era mais voltada à perspectiva da emancipação do jugo estrangeiro, cujo objetivo principal não era de desenvolvimento económico, mas sim era justamente para combater o inimigo comum. O autor ainda, destaca o movimento pan-africano como um dos frutos dessa integração, que de modo geral contribuiu significativamente para a emancipação do continente.

Em contraposição à ideia do surgimento de integração regional em África defendida por Diallo (2006), destaca-se a análise de Olivier (2014), quando este sublinha que a integração regional no continente africano, só se verificou depois das independências de alguns países deste continente, isto é, segundo ele, foi a partir da década de 60, que emergiu esse fenómeno no continente africano. Para o autor, os países africanos foram afetados pela insuficiência das infraestruturas e situações dramáticas de pobreza resultantes da colonização, e se sentiram na necessidade de integrar-se regionalmente para combater as mazelas que assolavam os seus países, colocando em risco o desenvolvimento local.

Olivier (2014) vai adiante mostrando que, face à esta situação, alguns líderes africanos, a título de exemplo, Kwame N'Krumah e Julius Nyerere, decidiram mobilizar e finalmente convenceram os demais líderes a criarem a Organização da União Africana (OUA), em maio de 1963 na capital da Etiópia, Addis Abeba. E para melhor promoveram a integração regional, dividiram o continente em cinco zonas: África Austral ou África Meridional, África Central, África do Norte, África Oriental e África Ocidental.

Falando especificamente sobre a zona da África Ocidental, sobre a qual centra-se o nosso estudo, apesar de não ter tido grande êxito, já havia sido experimentada a integração regional, como salienta Olivier (2014):

A África Ocidental pode ser considerada a zona na qual se iniciaram os primeiros modelos de integração do continente africano. Com efeito, em 1959, após a independência, alguns países criaram a União Aduaneira da África Ocidental (UDAO) e, em 1973, a Comunidade Econômica da África Ocidental (CEAO). Porém, como a integração era algo novo para os povos da África Ocidental (materializado pela falta de experiência no assunto), essas iniciativas de cooperação não tiveram bons resultados. Tanto que a UDAO foi dissolvida em 1962, três anos depois de sua criação. (OLIVIER, 2014, p.14).

A partir dessa análise, pode-se concluir que, naquele momento, a integração era pautada principalmente nas questões do desenvolvimento econômico do continente. Cientes dos desafios comuns, os atores políticos adotaram essa estratégia para que possam colaborativamente responder às demandas sociais na altura. Porém, não foi bem-sucedido, tendo em conta a falta dos formados em algumas áreas como: economia, política, saúde, educação e demais outras. Isto também se verifica no caso específico da Guiné-Bissau, que nos períodos antes e pós a independência não tinha ensino superior, neste caso, as universidades. Além disso, o país não tinha grandes empresas que talvez pudessem gerar mais empregos. Diante disso, era obrigado a se juntar com os seus parceiros com vista a promover o desenvolvimento econômico e social.

#### 7.2.1. Benefícios e Dificuldades da Integração Econômica da Guiné-Bissau na UEMOA

Antes de entrarmos em análise propriamente dita das possíveis vantagens que o país tem nesse processo de cooperação com os seus parceiros do mesmo continente, das dificuldades que o mesmo tem enfrentado e, até então enfrenta neste mesmo processo da integração regional, entendemos que seria relevante conceituar a integração regional para melhor situar o nosso leitor. Conforme a Comissão da União Africana (2011), a integração econômica promove uma política forte da quebra das barreiras no âmbito econômico entre os países membros que constituem um bloco econômico.

Uma barreira econômica representa a demarcação, muitas vezes, fronteiras geográficas de um Estado, para o qual o fluxo de bens, mão-de-obra e capital são restringidos. A integração econômica envolve a remoção de obstáculos as actividades económicas transfronteiriças nos domínios do comércio, circulação de mão-de-obra, serviços e de fluxo de capital. (OUA, 2011, p. 05).

A quebra da barreira aqui referida, se trata da livre circulação de pessoas e bens entre os países que fazem parte deste pacto econômico, que permite uma empresa a investir num outro país e as populações a se deslocarem dos seus países de origem para outros, com o intuito de garantir melhores condições de vida, ou mesmo para fazer compra de produtos a fim de revendê-los no país de origem.

#### 7.2.1.1 Benefícios

De acordo com a Comissão da União Africana (2011), a integração econômica, além de ser uma das melhores estratégias de aumento significativo do comércio entre os países membros, também cria oportunidades para o comércio, permite ter um clima de competição entre as empresas multinacionais, que resulta não só em adquirir bens e serviços no baixo custo, também na criação de empregos para a população, uma vez que existe a possibilidade de investimento estrangeiro, ou seja, duma empresa atuar sem tanta burocracia em outro país, que por sua vez vai realmente necessitar da mão de obra para poder funcionar e gerar mais lucros. E de igual modo, que as pessoas possam emigrar dum país para outro à procura de emprego com vista a garantir melhores condições de vida. Perante o exposto, questiona-se: até que ponto a integração económica pode ser útil para os países membros? Será que existe uma aquisição simétrica de benefícios neste processo?

Segundo Boron (2001), seria grande equívoco admitir que existe a relação de interdependência igualitária entre países e principalmente, entre países desenvolvidos e os que estão em vias do desenvolvimento no processo da integração económica. Nota-se que neste tipo de relação quem sai a ganhar são os países do Norte global, ou seja, vivemos num mundo de trocas assimétricas entre as nações.

#### 7.2.1.2. Dificuldades

Antes de mais, convém relembrar que a Guiné-Bissau além de ser colonizada por colonialistas portugueses durante vários séculos, mesmo depois de se tornar independente, viveu dois períodos diferentes: o período do partido único, que só o nome demonstra a ausência da democracia na altura, pois havia a concentração do poder nas mãos de minoria, ou seja, do mesmo partido libertador do país de jugo colonial português, neste caso, o PAIGC que governou o país sozinho durante vários anos, isto é, de 1973 a

1994. Esta última data, assinala a abertura democrática no país, que se estendeu até os dias de hoje, que é justamente a partir da grande ruptura do paradigma anterior.

Assim, o país adotou o regime político democrático, que culminou com a insurgência de outras forças partidárias. Embora o país seja um Estado de direito democrático, sempre conheceu sucessivos golpes de Estado, os quais impossibilitaram a existência da paz duradoura.

Tal como adverte, UNCTAD<sup>4</sup> (2009) *apud* Olivier (2014), um dos grandes obstáculos dos países africanos neste processo, se deu pela má fé dos colonizadores europeus, que destruíram a infraestrutura local, impedindo-os de ter uma boa capacidade produtiva e, isso obrigou-lhes a iniciar todo processo de novo.

Este documento aponta também um outro fator, isto é, a instabilidade política, tendo em conta os sucessivos golpes de Estado. No caso específico da Guiné-Bissau, onde se centra o nosso estudo, como mencionado numa das seções anteriores, desde a abertura democrática neste país nos anos 90, nenhum presidente e governo terminou o seu mandato. Isso porque o país vivenciou recorrentes fases de instabilidade política e, isso realmente dificultou o seu processo da integração econômica.

Ainda, o documento de UNCTAD vai mais longe invocando também o elevado índice de corrupção por parte das elites na esfera política, que não conseguem gerir bens públicos como devem ser, ou seja, os interesses pessoais falam mais alto, em detrimento do que seria comum. Principalmente, na Guiné-Bissau, onde os políticos são, raras vezes, responsabilizados pelos seus atos, havendo uma fraca aplicabilidade das leis às pessoas que cometem infrações contra o Estado, o que tem suas implicações no aumento da corrupção dentro do aparelho de Estado.

---

<sup>4</sup> A solidariedade entre comércio e desenvolvimento – a nível nacional, regional, multilateral e internacional – que é inspirada nas prioridades estabelecidas pela Declaração do Milênio é a chave para a agenda da UNCTAD XI, de alcançar os ganhos de desenvolvimento a partir do sistema comercial internacional e das negociações de comércio e, sucessivamente, promover a coerência entre as estratégias de desenvolvimento nacional e os processos econômicos globais visando o desenvolvimento e o crescimento econômico, particularmente dos países em desenvolvimento. Como ponto focal do sistema das Nações Unidas para o tratamento integrado do comércio e do desenvolvimento, e através de seus três pilares de trabalho – deliberações intergovernamentais e construção de consenso, análise e pesquisa política, e assistência técnica e desenvolvimento de capacidade, a UNCTAD pode dar uma contribuição importante para a realização da nova visão sobre política do comércio para o desenvolvimento. A UNCTAD é um parceiro importante no empenho de se buscar uma conclusão bem sucedida das negociações da agenda de Doha no período pós-Cancún e realizar seu conteúdo de desenvolvimento. UNCTAD pode, também, ajudar os países em desenvolvimento a elaborar estratégias e políticas comerciais vinculadas a e conectadas com as estratégias de desenvolvimento nacional. ( ONU-UNCTAD, 2004, p. 20).

### 7.3. A CRIAÇÃO E ENTRADA DA GUINÉ-BISSAU NA UNIDADE MONETÁRIA FRANCO CFA

#### 7.3.1. A Criação Do Franco CFA

Acreditamos que não há dúvida alguma sobre a proveniência ou a origem do Franco CFA, isto é, apesar de muitas discrepâncias sobre o controle e a emissão da moeda nos dias atuais, não obstante todos são unânimes em admitir, que a moeda foi criada nos períodos coloniais, pela França. Como salienta, Costard (2016), *apud* Marques (2017), o Franco CFA foi criado em 1945, após a França ter ratificado acordo de Bretton Woods. Naquele momento o significado da moeda era Franco das Colônias Francesas da África, com intuito de reforçar a hegemonia francesa como uma das metrópoles mais fortes em África, permitindo-lhe a ter controle sobre os assuntos econômicos nas suas colônias. Feito isso, podia ter acesso mais fácil aos bens utilizados na produção dos outros bens, ou seja, matérias primas. O mesmo autor ainda assevera, que:

Existem dois tipos de Franco CFA. Por um lado, o Franco CFA (XOF são as siglas internacionais), que é utilizado pela África Ocidental, e denominado Franc de la Communauté Financière d'Afrique (XOF), o qual é utilizado na República do Benim, Burquina-Faso, Costa do Marfim, Guine Bissau, Mali, Níger, Senegal e Republica do Togo (Costard, 2016). Por outro lado, há o Franco CFA (XAF siglas internacionais), que é usado na África Central, e intitulado Franc de la Coopération Financière d'Afrique Central (XAF), sendo utilizado pelos seguintes países: República dos Camarões, Chade, Gabão, Guiné Equatorial, República Centro-Africana e República do Congo (COSTARD, 2016, *apud* MARQUES, 2017, p. 61).

Importa referir, que, apesar de as duas moedas serem todas Franco CFA, paradoxalmente se um cidadão de um dos países da África Ocidental, quer viajar para África Central, precisa fazer câmbio para o franco CFA utilizado naquela zona. Portanto, nada mais é que uma estratégia que a França utiliza para poder gerar mais lucros, porque em qualquer que seja câmbio da moeda a França tem a sua percentagem. Como assegura Pigeaud (2016), *apud* Marques (2017):

Existem quatro regras impostas pelo Banco Central Francês que devem ser respeitadas pelos países da zona francófona: BCF é a única instituição a garantir a convertibilidade da moeda: os estados devem



depositar 50% de suas reservas em Francos no Banco Central francês, isto é, só pode estar em circulação 50% da massa monetária; o tipo de câmbio é fixo, isto é, a moeda não circula livremente dependendo da evolução das economias; os intercâmbios comerciais entre os dois francos eram livres de comissões e não havia qualquer restrição (PIGEAUD, 2016, *apud* MARQUES, 2017, p. 62).

Portanto, nota-se a falta de autonomia dos países africanos que usam o Franco CFA nas decisões da política cambial de sua própria moeda, o que nos leva a crer que esses países ainda estão sendo economicamente monitorados pela França, uma vez que não têm controle da sua própria moeda, dando assim à França a prerrogativa de ser a única a fazer conversão do Franco CFA para Euro e para demais outras moeda do mundo.

### 7.3.2. A Entrada Da Guiné-Bissau Na Unidade Monetária Franco CFA

Diferentemente dos outros países em que a unidade monetária Franco CFA foi imposta pela França durante o período colonial, o processo da entrada da Guiné-Bissau nessa política monetária é excepcional aos demais países que usam essa moeda, dado que foi através do processo da integração na UEMOA que este país passou a utilizar essa moeda, uma vez, que a utilização da moeda em comum é um dos requisitos fundamentais para fazer parte da organização acima referida.

Conforme consta no Código Civil da Guiné-Bissau (2006, p. 699), “A partir de 2 de Maio de 1997, a União (sic) monetária da República da Guiné-Bissau passa a ser o Franco da Comunidade Financeira Africana, cuja sigla é FCFA”. Então, a partir deste período, o país pôs fim ao uso da sua moeda própria, isto é, da unidade monetária Peso que foi criada no período a seguir à independência, precisamente em 1976, com o intuito de alcançar o maior desenvolvimento económico. E fazendo alusão aos motivos que justificam a adoção de Franco CFA como a moeda oficial neste país, o seguinte trecho do Código Civil (2006), sublinha que,

Com a mundialização da economia e a rápida evolução que conheceram recentemente os mercados cada vez mais competitivos, tornou-se evidente para os Governos a necessidade urgente de se reorganizarem em termos regionais, buscando complementaridades e economias de escala que valorizassem as vantagens competitivas e minimizassem as fraquezas de cada um, favorecendo deste modo um melhor desempenho dos países membros. Considerando que a União Monetária Oeste Africana se baseia num conjunto de princípios estruturantes que postulam a vontade comum de diferentes identidades nacionais, de

adoptarem uma mesma moeda, num espírito de mais profunda solidariedade (CÓDIGO CÍVIL, 2006, P. 699).

Face ao elucidado, entende-se que a entrada da Guiné-Bissau na UEMOA e por conseguinte a adoção do uso do Franco CFA, se deu devido à necessidade do país em alcançar o seu desenvolvimento, quer a nível econômico, quer político. Considerando a justificativa presente no Código Cível da Guiné-Bissau, achamos necessário deixar as seguintes indagações: até que ponto a inserção deste país na zona UEMOA ajuda-lhe a se estabilizar política e economicamente? Além disso, acrescenta-se: será que se verifica, em termos práticos, a solidariedade entre os membros da UEMOA com o intuito de diminuir as dificuldades econômicas que cada um apresenta?

### 7.3.3. Prós e Contras o uso do Franco CFA

A questão do uso dessa moeda tem sido alvo de muita discussão nas sociedades africanas e, em particular na sociedade guineense, nos últimos anos. Pois, existem vozes que contestam o uso da moeda. Por outro lado, há as que apoiam e legitimam a manutenção do franco CFA. Face ao exposto, os resultados preliminares da sondagem feita para elaboração deste projeto de pesquisa apontam que boa parte das elites do país estão a favor do uso da moeda, com justificativa de que traz mais benefícios do ponto de vista econômico para o país. Ao contrário deste prisma das elites guineenses, podemos apontar os ativistas sociais e políticos que se opõem a essa política e, que são unânimes em considerá-la um instrumento neocolonial no país, sendo uma moeda emitida e controlada pela França.

#### 7.3.3.1. Prós

Como havia dito, a maior parte da elite do país está alinhada a essa política monetária, isto é, defende a manutenção do franco CFA nos países da zona do franco e particularmente na Guiné-Bissau. Conforme, pode-se constatar na fala do ex ministro das Finanças da Guiné-Bissau e antigo diretor nacional do BCEAO, João Mamadu Aladje Fadia (2017), numa entrevista exclusiva à *Radio France Internationale* (RFI), em que, apesar de ter admitido que a moeda era do período colonial, ele considera ser uma farsa tentar associar essa moeda nos dias de hoje às questões coloniais. Ou seja, pensar que é um instrumento neocolonial, uma vez que há um banco central independente e autônomo que é responsável, tanto pela emissão da moeda, quanto pelo seu controle, através do

BCEAO, cujos administradores ou governadores são nomeados pelos presidentes dos Estados membros.

Entende-se, que para esse responsável a Guiné-Bissau deve continuar com essa moeda, por ser uma moeda dos africanos e não mais da França. E que ajuda o país a ter contato com os seus parceiros e se beneficiar dessa oportunidade de livre circulação das pessoas e bens.

#### 7.3.3.2. Contras

Ao contrário da elite ortodoxa que defende a manutenção da moeda, os ativistas sociais e políticos consideram que a moeda pertence aos países europeus e, em particular à França, ou seja, é uma propriedade francesa na África, mas não dos africanos, consideram ser uma mera herança colonial, sendo ela criada no período colonial e até então emitida e controlada pela França. De acordo com Midjau (2018), apesar de o Franco CFA ter sido criado em 1945, após a segunda guerra mundial pelo General De Gaulle, através do artigo 03 do decreto 45/01-36, que significava literalmente Franco das Colônias Francesas da África, cuja criação se deu, pela crise ou instabilidade econômica que a França enfrentava. Mas antes disso, já havia uma ideia e consequentemente, tentativas da sua criação entre 1930 a 1940, porém esta não obteve sucesso.

Este jovem ativista ainda, questiona o fato de existirem os representantes da França nos conselhos de administração do BCEAO e, o mais absurdo e grave para ele, é que esses representantes têm direito de veto e de saber da situação financeira. Em suma, nenhuma decisão pode ser tomada, sem que os administradores consultem previamente esses representantes franceses presentes. Ao final, são eles que dão aval a qualquer decisão. Nota-se que nesta situação, há um certo limite da soberania dos africanos e segundo esse autor com o Franco CFA, a França torna-se cada vez mais rica, ao passo que os países africanos que usam a moeda ficam cada vez mais pobres e perdem a autonomia de decidirem sobre o seu destino.

Numa entrevista à *Revue Ballast*, Sylla (2017) enfatiza que,

Existe uma relação que o Banque de France monitora de perto: a taxa de cobertura da emissão monetária. Para cada franco CFA em dívida, quantas reservas existem na conta de negociação? No que diz respeito ao BCEAO, é ao nível do Comité de Política Monetária, criado desde 2010 para substituir o Conselho de Ministros, que as decisões de política monetária são tomadas. A França tem um representante nesta comissão; nenhuma decisão importante pode ser tomada sem sua

aprovação. A gestão do franco CFA e a política monetária do BCEAO estão, de facto, sob supervisão francesa e europeia. (SYLLA, 2017, s/p).

Por sua vez, Mané (2016), encara essa política monetária como um genocídio silencioso para os países que usam o Franco CFA, justamente pelo facto de a França ser detentora dessa moeda, através do exercício da sua influência no conselho de administração, com o objetivo único de manter esses países sob a sua dependência e torná-los cada vez mais pobres.

#### **7.4. MOVIMENTO PANAFRICANO DA REJEIÇÃO DO FRANCO CFA NA GUINÉ-BISSAU**

O Movimento Panafricano da Rejeição do Franco FCA (MPR-FCFA GB), sendo uma das organizações de movimentos sociais existentes na Guiné-Bissau, nos convoca ao desafio de contextualizar o fenômeno ou o termo movimentos sociais. Este fenômeno é entendido como uma forma da organização popular, com o mesmo propósito, que pode ser tanto de luta pela mudança dum determinado paradigma como pela manutenção, dependendo do contexto. Como sublinha Gohn (2000),

Movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento a partir de interesses em comum. (GOHN, 2000, p.13).

Então, o MPR-FCFA GB, sendo ele do cunho social e político não está fora deste contexto, lutando pela mudança dum certo paradigma que considera ser meramente neocolonial e, este movimento visa despertar a consciência cívica sobre o instrumento neocolonial que ainda se encontra nos países africanos e sobretudo nos da zona do franco CFA. Conforme o documento<sup>5</sup> do MPR-FCFA GB (2017), este movimento é como os outros movimentos sociais presentes em quase todos os países que usam o Franco CFA e principalmente a ONG “l’urgences panafricanistes”, liderada por um jovem ativista de Benim, Kemi Seba, que nos últimos tempos tem estado a desencadear várias manifestações em prol da emancipação dos países africanos da servidão monetária. Portanto, eles têm o mesmo fim, ou seja, lutam pela mesma causa, que não passa de fazer com que esses países tenham controle da sua soberania. Então, isso passa necessariamente pelo abandono imediato do uso da moeda que consideram ser um dos rastros coloniais, sendo criada nos períodos coloniais, pela França, com objetivo de se fortificar como

---

<sup>5</sup> Tendo em conta a indisponibilidade do documento oficial deste movimento na internet, decidimos entrar em contato com um dos fundadores e coordenador do MPR-FCFA GB, o ativista Januário Cá, que sem hesitar, nos subsidiou com algumas informações do movimento, inclusive o próprio documento utilizado no ato de lançamento oficial do MPR-FCFA GB na cidade de Bissau no ano 2017, que contém os objetivos e as linhas mestras de atuação deste movimento social.

metrópole, isto é, manter a sua hegemonia e também ter controle dos assuntos econômicos de suas colônias.

Ainda este mesmo documento adverte, que o Franco CFA, apesar de ser usado em catorze países de África, esses países não podem fazer nada, mas, nada mesmo do ponto de vista econômico, sem a vontade da França. Sendo o Banco Central de França (BCF) a instituição responsável pela emissão e pelo controle da moeda e, além disso, há representantes franceses com direito ao veto nos conselhos de administradores do Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO).

De acordo com o documento do MPR-FCFA GB (2017),

Por cada 100 francos de algodão, ouro, café, urânio, óleo, ferro, amendoim... etc. A França recebe 50 francos (metade) que ela mantém em seu tesouro e hoje temos mais de 14.000 bilhões que dormem lá e isso poderia impulsionar o crescimento em nós. Exemplo: construir escolas, centros de saúde, fazer a perfuração da água, construir estradas, ou fornecer fertilizantes e equipamentos agrícolas de baixo custo e muito mais. (MPR-FCFA GB, 2017).

Face ao elucidado, subentende-se que os países africanos e, no caso específicos os da zona franco, ainda continuam a pagar imposto colonial, sustentando fortemente a economia da França, servindo como uma fonte de receitas, o que de certa forma faz a França tornar cada vez mais rica, enquanto empobrece os países que usam a própria moeda.

O MPR-FCFA GB (2017), considera de grave e absurdo, o facto de os países que usam a moeda serem independentes há mais de 40 anos e, continuam usando a moeda colonial, que ainda é fortemente controlada pela França. Portanto, propõe o abandono urgente dessa moeda e a criação de uma moeda em comum na zona de Franco CFA, que, conforme explicam, vai impulsionar o desenvolvimento destes países, pois, os africanos devem ser os principais protagonistas dos assuntos do desenvolvimento econômico do próprio continente. Por outro lado, acusam a maior parte da elite dos países que usam essa moeda de serem manipuladas e cooptadas pela França passando a atuar como meras marionetes do Estado francês.

## **8. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Tendo em conta a natureza do nosso projeto e em especial do objetivo geral que visa “compreender os impactos socioeconômicos da globalização na África Ocidental, tendo como foco o caso do Franco CFA na Guiné-Bissau”, decidimos adotar neste trabalho o método qualitativo de pesquisa por parecer-nos mais apropriado para a análise que pretendemos levar a cabo. Este método também contém os procedimentos de coleta mais apropriados a este tipo de pesquisa o que poderá favorecer a análise do material coletado. Portanto, importa fazer uma breve contextualização da pesquisa qualitativa, que, para Creswell (2010), visa analisar e compreender o sentido que uma determinada sociedade concede a um fenômeno ou acontecimento que ocorre dentro dela.

Na concepção de Marconni e Lakatos (2010), a metodologia de pesquisa qualitativa difere doutras formas de pesquisa, principalmente a quantitativa em múltiplas dimensões: seja pelo procedimento de coleta e análise de dados, seja pela não utilização dos instrumentos estatísticos. Ela busca analisar e interpretar de maneira mais profunda os aspectos que condicionam a complexidade da conduta humana. Em outras palavras, ela propõe extrair o sentido oculto dos hábitos, atitudes e tendências das sociabilidades e seus condicionantes. E a nossa pesquisa sendo ela desse cunho não está fora disso, pois como consta num dos nossos objetivos específicos, pretendemos identificar os principais atores políticos e sociais tanto os que apoiam, quanto os que opõem essa política monetária.

Como procedimento de dados decidimos fazer no primeiro momento a pesquisa bibliográfica, na qual buscaremos trabalhar com textos, livros, artigos e outros documentos relacionados com a temática que orienta a nossa pesquisa. Para Gil (1991), a relevância da pesquisa bibliografia se resume no fato de que ela permite um acesso a ampla cifra de dados e fontes que seriam muito difíceis de alcançar se fossem pesquisados diretamente. No entanto, as suas desvantagens podem surgir no uso e apropriação de dados que foram processados de maneira errônea.

Além disso, iremos ao campo a fim de realizar entrevista semiestruturada, que na concepção de Lakatos e Marconni (2010), é uma forma de coleta de dados qualitativos que permite ao entrevistado expor livremente as opiniões em relação ao assunto a ser estudado. É importante porque possibilita a exploração mais acurada do problema em questão. Nesse sentido, pretendemos desencadear entrevistas com três (3) membros do Movimento Pan-africano da Rejeição do Franco CFA na Guiné-Bissau (MPR-FCFA

GB). Faremos igualmente, entrevista com o administrador do Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO), na Guiné-Bissau. E por último, entrevistaremos os dois (2) dirigentes do Ministério das Finanças deste país nomeadamente: o ministro das finanças e o diretor geral da mesma instituição.

No que se refere ao procedimento de análise e interpretação de dados, decidimos aplicar a análise do conteúdo por conta da natureza do nosso estudo e das averiguações que pretendemos levar a cabo. Discutindo sobre este procedimento de análise e interpretação de dados, Minayo (1994), sublinha que ela permite ao pesquisador verificar as hipóteses ou questões anteriormente estabelecidas e facilita a descodificação do sentido das mensagens latentes no conteúdo dos textos trabalhados e nas colocações dos entrevistados.

Dado ao exposto, dividiremos esta etapa em três fases distintas, na primeira fase iremos organizar os dados a fim de deixá-los estruturados de maneira que facilite a seleção em tópicos. Já na segunda fase, faremos a seleção de acordo com as temáticas para facilitar o processo de análise e interpretação dos dados. Na terceira e última fase, faremos a análise propriamente dita buscando compreender a partir das hipóteses, questões e discursos levantados a respeito da globalização, principalmente, no que se refere ao uso da unidade monetária Franco CFA na Guiné-Bissau, isto é, empreender um exercício interpretativo do sentido que os sujeitos da nossa pesquisa dão ao fenômeno em causa.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARON, Atilio. **A nova ordem imperial e como desmontá-la**. Porto Alegre: Resistência Múndia, 2001.

BLOG BANBARAM DE PADIDA: MANE, Lassana. **FCFA, 18 anos da Escorreria Monetária Francesa na Guiné-Bissau**.

CAMPOS, Luís; CANAVEZES, Sara. **Introdução À globalização**. Instituto Bento Jesus Caraça, Abril. 2007.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa, Métodos, Qualitativo, Quantitativo e Misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DIALLO, Mamadou Alpha. **A Integração Regional na África Ocidental (1960-2015): Balanço e Perspectivas**. Revista Brasileira de Estudos Africanos, Jun. 2016. **econômica e monetária da África ocidental (uemoa)**. Brasília, 2014.

DJALÓ, Aladje Mamadu Mudjitaba. **Regionalização como Busca de Alternativas na África Pós-Colonial: A Guiné-Bissau e a União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA)**. IN: Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2UqlhE3>. Acesso em: 20. 12. 2018.

FADIA, João Aladji Amadu. **Princípio do fim do franco CFA?. 2017**. Disponível em: <https://bit.ly/2T3kDf7>. Acesso em: 19.12.2018.

GIL, Antônio Carlos, **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo : Atlas, 1991.

GOHN, Maria da Glória. **500 Anos de Lutas Sociais no Brasil: Movimentos Sociais, ONGs e Terceiro Setor**. 2000. Disponível em: <https://bit.ly/2NO120D>. Acesso em: 23. 01. 2019.

GUERRA, Sidney. **Soberania e Globalização: O Fim do Estado Nação?** IN: Soberania Antigos e Novos paradigmas. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2004.

GUINÉ-BISSAU. **Código Civil e Legislação Complementar**. Lisboa, 2006.

JORNAL HOW AFRICA. **Scandal: According To A German Newspaper, Africa Pays 400 Billion Euros Per Year to France**. 13 de Jan. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2D6zdNg>. Acesso em: 05 de dez. 2018.

MANÉ, Lassana. **Fcfa, 18 anos da escorreria monetária francesa na guiné-bissau. 2016**. Disponível em: <https://bit.ly/2RU1Hmo>. Acesso em: 02. 12. 2018.

MARCONI, M. de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. São Paulo. Ed. Atlas S.A. 2010.

MARIANO, Karina Pasquariello. **Globalização, Integração e o Estado**. Lua Nova, São Paulo, 2007.

MARQUES, Carlos Alexandre Freirra. **Influência Francesa Em África No Século XXI: O Caso Do Níger**. Universidade do Minho, 2017.

MIDJAU, Aladje. **Como é que funciona o franco CFA que usamos todos os dias**. 2018. Disponível em: : <https://bit.ly/2AUAbuC> . Acesso em: 20. 04. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, Metodo e Criatividade**. 21 Ed. Rio de Janeiro, edit. Vozes, 1994.

MOVIMENTO PANAFRICANO DA REJEIÇÃO DO FRANCO CFA-GUINÉ-BISSAU. **Documento de Apresentação Oficial do Movimento (MPR-FCFA GB)**. Bissau, 2017.

N'BUNDE, Temoteo Saba. **As Políticas Externas Brasileira e chinesa para a Guiné-Bissau em abordagem comparada (1974-2014)**. Rio de Janeiro: Gramma, 2018.

OLIVIER, Amon Kablan Guy. **Ortodoxia e Heterodoxia Econômicas: O Caso da União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA)**, Brasília, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2SByNrE>. Acesso em: 13.12.2018.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS. **Conferência das Nações Unidas Para o Comércio e o Desenvolvimento**. 2004. Disponível em: <https://bit.ly/2Edyw5q>. Acesso em: 16. 02.2019.

ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE AFRICANA. **Terceira Publicação Comissão da União Africana. Julho, 2011**. Disponível em: <https://bit.ly/2HjTyRU>. Acesso em: 07. 01. 2019.

RIZZI, Kamila Raquel. **O grande Brasil e os pequenos PALOP: a política externa brasileira para Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe (1974-2010)**. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da governação neoliberal: O Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna**. Revista Crítica de Ciências Sociais, 2005.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização**. 6.ed. Rio de Janeiro, 2001.

SYLLA, Ndongo Samba. **Le franc CFA est la preuve de la survivance des liens coloniaux**. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2CK1bgp>. Acesso em: 30. 02. 2018.